

Nº 9
Junho 2021

OEI

Revista
PÓDIUM

Revista Ibero-Americana de Educação e Inovação para a Produtividade

A transformação
digital

Índice

Junho 2021

Digitalização e produtividade

Paulina Beato

Pág. 1

Direitos de propriedade intelectual

Seu papel na divulgação da cultura ibero-americana no ambiente digital

Aurelio López Tarruella

Pág. 8

A transformação digital das universidades

Além da pandemia

Carles Sigalés

Pág. 13

História econômica

A liberdade é o fundamento da prosperidade

Ricardo Salinas

Pág. 20

O capital humano como base da quarta revolução industrial

María Victoria Galán e Alep Blancas

Pág. 24

Entrevista com María Isabel León

Ex-presidente da Confederação Nacional de Instituições Empresariais Privadas (CONFIEP)

Pág. 32

América Latina mostra «atraso competitivo» em relação aos países da OCDE

A OEI apresenta relatório sobre Ensino superior, competitividade e produtividade na Ibero-América

Pág. 37

Instituto Ibero-Americano para a Educação e a Produtividade da OEI

MARIANO JABONERO

Secretário geral da Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI)

ENRIQUE IGLESIAS

Ex-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e primeiro secretário da Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB)

ENRIQUE GARCÍA

Ex-presidente do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF)

SUSANA MALCORRA

Diplomática e ex-chanceler da Argentina

PAULINA BEATO

Presidente da Barcelona Graduate School of Economics

MIGUEL HAKIM

Coordenador geral do Instituto Ibero-Americano para a Educação e a Produtividade

ALICIA BÁRCENA

Convidada especial externa

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE)

Convidado observador

ROSA QUINTANILLA

Revisão e correção de estilo

FRANCISCO RASCÓN

Design editorial

Pódium. Ano 4, número 9. Junho de 2021. Publicação semestral editada do Instituto Ibero-Americano para a Educação e a Produtividade da Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI). Endereço: Bravo Murillo, 38, 28015, Madrid, Espanha. Site: <https://oei.int/>. Editor responsável: Andrés Delich.

Imagem da capa: unsplash.com.

Digitalização e produtividade

Paulina Beato¹



Foto: Helena Lopes Unsplash

O relatório sobre «Perspectivas econômicas da América Latina 2020: transformação digital para uma reconstrução melhor» conclui que a transformação digital é uma **oportunidade** para enfrentar os desafios estruturais, acelerar o desenvolvimento e obter um crescimento inclusivo e sustentável na América Latina. Neste número da *Pódium*, dedicado à transformação digital, María Isabel León, presidente da Confederação Nacional de Instituições Empresariais Privadas do Peru (CONFIEP), destaca quatro desafios que servem de inspiração para este prólogo:

- «Para que os países da região consigam realizar uma transformação digital bem-sucedida, é necessário dispor de uma infraestrutura de conexão de qualidade».
- «Neste sentido, nossa instituição tem um Comitê de Educação [...] cujos principais objetivos são: [...] Identificar modelos bem-sucedidos de gestão em educação que contribuam para melhorar a qualidade da formação de nossos jovens».
- «Atualmente, um dos principais desafios é realizar a transformação digital do Estado e das atividades produtivas. Ambas são agendas que devem avançar paralelamente».
- «O uso das novas tecnologias e a digitalização ajudará as empresas, sobretudo as PMEs [micro e pequenas empresas], da região a potencializar sua escala produtiva».

¹ Membro do Conselho de Administração do Instituto Ibero-Americano para a Educação e a Produtividade. Presidente da Barcelona Graduate School of Economics



Foto: Fauxels Unsplash

Infraestruturas e capital humano

A transformação digital da economia e a adoção das tecnologias digitais no setor produtivo com o objetivo de aumentar a produtividade das economias da América Latina enfrenta dois grandes **desafios transversais**: as **infraestruturas** e o **capital humano**.

No que diz respeito às infraestruturas de comunicação, particularmente, a banda larga, um diagnóstico sobre seu estado indica que nas três últimas décadas houve um avanço significativo, mas que o ecossistema digital ainda está pouco preparado para enfrentar os desafios de uma transformação digital com fins de aumento da produtividade. A América Latina investe em infraestruturas digitais quatro vezes menos que a média dos países da OCDE. O aumento dos investimentos é imprescindível. Os novos investimentos deveriam ter como objetivo a **universalização da conexão de banda larga**. Estudos realizados pelo CAF mostram que uma infraestrutura de interconexão regional melhor permitiria reduzir em 38% o custo do tráfego internacional, o que levaria a uma redução de até 8,3% nas tarifas reais de banda larga. Segundo o Centro de Estudos de Telecomunicações da América Latina, a região deve investir 161 bilhões de dólares entre 2019 e 2025 para atingir os níveis de conectividade das economias de alta renda. Vale citar duas iniciativas de conexão: (i) a iniciativa do CAF para **estabelecer um hub digital** de interconexão no Panamá, que permitirá melhorar a conectividade, reduzir custos e ter uma oferta regional de acordo com as necessidades de transformação da economia, e (ii) a **construção do primeiro cabo submarino** entre a América Latina e a região Ásia-Pacífico, e entre a América Latina e a Europa, que facilitará a **integração digital** do setor produtivo da América Latina com as cadeias de valor globais.

América Latina investe em infraestruturas digitais quatro vezes menos que a média dos países da OCDE.

As **brechas do capital humano** são outro grande desafio transversal. As empresas da América Latina têm dificuldade para conseguir o capital humano adequado para apoiar e dirigir os processos de digitalização e inovação. A região continua posicionada na faixa média-baixa do Índice Global de Capital Humano do Fórum Econômico Mundial. Seu avanço está bloqueado pelos problemas estruturais do **ensino** médio e superior, e as deficiências na universalização da educação básica. Isto está causando enormes **desequilíbrios entre a oferta e a demanda de trabalho**. As empresas não encontram trabalhadores com as habilidades necessárias, enquanto a grande maioria dos jovens que está buscando emprego, não consegue um trabalho. Segundo uma pesquisa da ManpowerGroup, mais de quatro de cada dez empresas da região afirmam ter dificuldades para encontrar trabalhadores com as capacidades necessárias. Por outro lado, 17% das pessoas que buscam emprego na faixa de 15 a 24 anos não encontram um trabalho. A América Latina necessita um programa integrado para todo o sistema de educação e **mobilidade do talento digital** para que o setor produtivo possa contratar especialistas em TIC e especialistas em dados, e assim, alavancar os esforços de transformação das empresas. O ensino fundamental necessita oferecer habilidades sólidas de alfabetização e aritmética. O ensino médio e superior necessitam trabalhar juntos com a iniciativa privada para **identificar e quantificar as necessidades do mercado de trabalho**, e oferecer a formação e os incentivos apropriados.

A transformação digital e o aumento da produtividade

O aumento de produtividade das economias da América Latina requer que as tecnologias digitais sejam absorvidas pelas grandes empresas e por toda a cadeia de valor, assim como pelas pequenas e médias empresas (PMEs). Entretanto, é preciso ter em conta que a **relação entre a adoção de tecnologias digitais e o aumento da produtividade não é linear ou automática**. O impacto depende do equilíbrio entre as tecnologias digitais, a qualidade do capital humano, a capacidade de inovação e a mudança organizacional. A experiência da maior parte dos países mostra que o aumento da digitalização não é equivalente ao crescimento da produtividade. Na verdade, a produtividade diminuiu consideravelmente em todos os países da OCDE nas últimas décadas, como mostra a OCDE (2019), enquanto os índices de adoção das tecnologias digitais aumentaram.

Quais são as causas destas diferenças? As respostas a esta pergunta são diversas e todas elas ajudam a explicar o quebra-cabeça: alguns dizem que não sabemos medir a produtividade, outros argumentam que as transformações digitais do século XXI têm pouco impacto potencial sobre a produtividade. Finalmente, outros tantos acusam a falta de

investimentos nas empresas, especialmente nas PMEs. Há uma revisão destas respostas em Beato (2019).

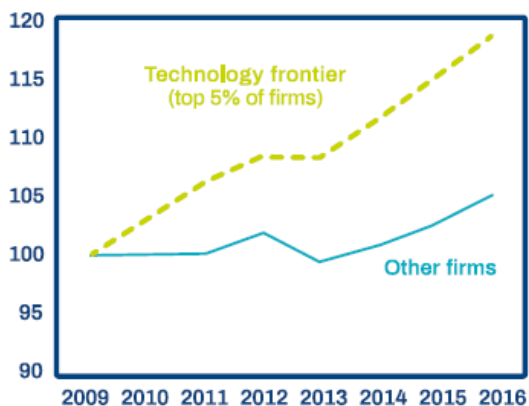
A OCDE (2019) indica outro fator como o responsável pelas diferenças entre os avanços das tecnologias digitais e a produtividade: o **escasso, e algumas vezes quase inexistente, aproveitamento das complementariedades** entre as diferentes tecnologias digitais, e identifica dois tipos, que são internos da empresa. Primeiro, as complementariedades entre as próprias tecnologias. Por exemplo, entre o comércio on-line e os sistemas de contabilidade e faturamento. Segundo, as complementariedades entre o avanço das tecnologias digitais e as mudanças nos processos técnicos e de gestão. Por exemplo, as tecnologias digitais de produção exigem mudanças nos processos técnicos de fabricação. Além destas complementariedades internas da empresa, vale citar também outro tipo que é especialmente relevante na América Latina, que é a complementação entre a transformação digital das empresas e a dos Governos. Por exemplo, a perda de produtividade como consequência da existência de Governos que mantêm uma configuração tradicional num setor empresarial totalmente digitalizado e sem papel.

Estas deficiências no aproveitamento das complementariedades dificultam a difusão das tecnologias digitais e impedem aumentar a produtividade. Por isso, os benefícios da produtividade relacionados com a digitalização não abrangem uniformemente todas as empresas. As grandes empresas, detentoras de boas habilidades técnicas, de gestão e organizacionais são as principais beneficiadas com os esforços de digitalização, enquanto as mais atrasadas, em geral as PMEs, ficam para atrás. Sendo assim, as tecnologias digitais contribuíram para **aumentar a diferença** entre as empresas fronteiras e as atrasadas (ver figura 1).

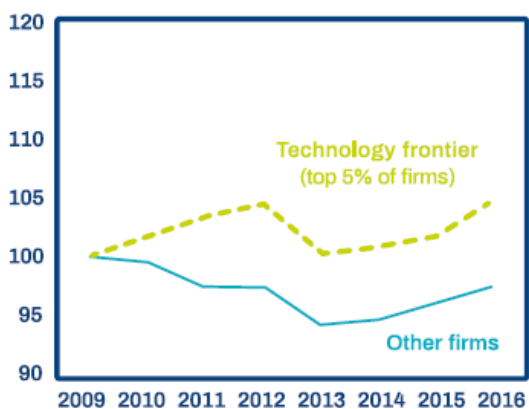
Figura 1

A BRECHA DA PRODUTIVIDADE

Panel A: Industries with high digital intensity



Panel B: Industries with low digital intensity



Fonte: OCDE (2019)

Como aproveitar as complementariedades das tecnologias digitais?

Os investimentos complementares necessários para obter o máximo benefício possível das novas tecnologias exigem tempo e talento para que sejam identificados e implementados. As PMEs estão atrasadas em relação às grandes empresas na adoção de ferramentas digitais e, fundamentalmente, no uso das tecnologias mais avançadas. Entre as principais barreiras estão a falta de conhecimento das opções, a pouca capacidade para a gestão do crescimento e a ausência de garantias para ter acesso ao financiamento necessário para realizar investimentos em tecnologias de digitalização e ativos complementares. Para ajudar a superar estas barreiras, os **governos** devem **superar e melhorar as políticas mais tradicionais de apoio às PMEs** (OCDE, 2019). Vale destacar três novos focos das políticas públicas: a relação digital entre empresas e governos, a segurança digital e o acompanhamento público/privado.

Em primeiro lugar, a **tecnologia digital** é fundamental para propiciar **interações satisfatórias** entre **empresas e governos**, e fortalecer os serviços públicos através de **soluções inteligentes**. As desigualdades nos avanços entre as tecnologias digitais das administrações públicas e do setor produtivo geram interações ineficientes e dissociadas. Consequentemente, os esforços de transformação das empresas não resultarão em aumento da produtividade. Ao contrário, se as administrações públicas adotarem tecnologias digitais complementares às do setor produtivo, a transformação digital do setor produtivo se acelerará e aumentará a produtividade. A implementação de **plataformas tecnológicas** na **gestão pública** aumenta a eficiência e a efetividade dos processos; proporciona soluções inteligentes para problemas estruturais e, ao mesmo tempo, reduz os custos da gestão pública. É preciso evitar que as crescentes limitações orçamentárias da América Latina atrasem a realização dos investimentos necessários para a transformação digital dos Governos, porque estas tentativas de economizar se transformarão em maiores despesas correntes e menor eficiência nas inter-relações empresariais, com um enorme impacto negativo sobre a produtividade dos sistemas produtivos.

O segundo foco das políticas públicas é a segurança e a privacidade. Os riscos da segurança digital e da privacidade podem obstaculizar gravemente a predisposição do sistema produtivo, especialmente das PMEs, de embarcar num processo de **transformação digital**. Para superar estas barreiras, todos os players devem **gerenciar** melhor o **risco digital**. Para isso, é necessário criar capacidades para avaliar o risco digital e reduzi-lo a um nível aceitável, inclusive mitigando e/ou transferindo riscos. Isso exige ter **mecanismos externos** à empresa para mitigá-los, mas também liderança interna para incluir os riscos de segurança digital no sistema de gestão e controle de riscos empresariais.

O terceiro foco é o estabelecimento de uma **mentalidade digital** na empresa. Isto significa integrar a estratégia, os processos e os recursos com as tecnologias digitais. Por exemplo, a transformação digital de uma indústria implica elaborar processos tendo em conta a automatização; desenvolver uma ampla gama de produtos personalizados, não produzidos em massa; estruturar as unidades de negócios para atender as tendências locais, e contratar talento digital. Esta mudança de mentalidade na forma de administrar a empresa exige, além de **liderança e controle** interno, um fator adicional, o fator *genius* mencionado por Benzell e Brynjolfsson (2019).

Estabelecer uma mentalidade digital na empresa implica integrar a estratégia, os processos e os recursos com as tecnologias digitais.

Na América Latina, onde 99% das empresas são pequenas e médias, as políticas destinadas a **aproveitar as complementariedades** são sumamente importantes para a transformação do setor produtivo e a eliminação das brechas de produtividade. Os investimentos em infraestruturas e capital humano são necessários, mas também são necessários instrumentos que promovam **lideranças empresariais** capazes de fomentar mudanças organizacionais que unam os esforços dos investimentos tecnológicos com a produtividade. Os **fundos de capital de risco públicos/privados** são uma opção interessante.



Foto: Fauxels Unsplash

Fundos públicos/privados para a transformação digital e o crescimento das PMEs

Os fundos de capital de risco públicos/privados especializados no crescimento e internacionalização das PMEs são uma boa opção para facilitar a transformação digital e sustentável da economia da América Latina, porque resolvem simultaneamente a formalização, o crescimento e a internacionalização, aproveitando as complementariedades e sinergias das tecnologias digitais e promovendo o aumento da produtividade.

Em primeiro lugar, os fundos de capital de risco públicos/privados para o investimento em PMEs e startups têm um importante **efeito multiplicador** nos fundos públicos, tanto através da estruturação do próprio fundo como através das condições de investimento e acompanhamento nas empresas.

Em segundo lugar, estes fundos oferecem um **financiamento estável** de diferentes formas e, sobretudo, proporcionam conhecimento, estratégia e controle às empresas nas quais investem; proporcionando-lhes a governança, estratégia, acesso aos mercados, tecnologias e outros fatores promotores da produtividade, integrando-os de forma equilibrada nas tecnologias digitais de vanguarda. Em suma, estes fundos oferecem às PMEs o bem mais escasso nestas empresas: a capacidade e experiência para aproveitar as complementariedades entre as diferentes tecnologias digitais, e entre elas e os fatores promotores do crescimento e da sustentabilidade.

Em terceiro lugar, os fundos de capital de risco públicos/privados focalizados no crescimento e na internacionalização das PMEs são instrumentos descentralizados que **garantem capilaridade**. A governança e as tecnologias digitais que esses fundos conferem às empresas investidas, asseguram sua formalização integral e também a de toda sua cadeia de valor: fornecedores e clientes.

Finalmente, um fundo de capital de risco aporta capital, complementa o empresário com talento e mobiliza toda a empresa para identificar e fortalecer as áreas mais frágeis, que são fundamentais para iniciar um processo de crescimento e internacionalização; ao mesmo tempo em que formaliza a empresa, formaliza também seus fornecedores e clientes. Os fundos são o **terceiro fator** citado por Benzell e Brynjolfsson (2019).

REFERÊNCIAS

- Andrews, D., Criscuolo, C. y Gal, P. N. (2016). *The Best versus the Rest: The Global Productivity Slowdown, Divergence across Firms and the Role of Public Policy*. OECD Productivity Working Papers, 5. OECD Publishing: Paris. <https://doi.org/10.1787/63629cc9-en>
- Beato, P. (2019). El desacoplamiento entre el crecimiento de los salarios y la productividad. *Pensamiento Iberoamericano, Revista de la Secretaría General Iberoamericana*, V1, Tercera época.
- Benzell, G. y Brynjolfsson, E. (2019). *Digital Abundance and Scarce Genius: Implications for wages, interest rates and growth*. Working paper 25585. National Bureau of Economic Research: Cambridge, MA. https://www.nber.org/system/files/working_papers/w25585/w25585.pdf

Garzón, M. (8 de octubre de 2020). *La transformación digital puede ayudar a las economías de América Latina a salir de la crisis*. BBVA. <https://www.bbva.com/es/latransformacion-digital-puede-ayudar-a-las-economias-de-americalatina-a-salir-de-la-crisis/>

OCDE. (2019). *Digitalisation and productivity: a story of complementarities*. Volumen 1. OCDE: Paris. <http://www.oecd.org/economy/outlook/digitalisation-and-productivity-complementarities/>

OCDE. (2020). *Perspectivas económicas de América Latina 2020: Transformación digital para una mejor reconstrucción*

Direitos de propriedade intelectual

Seu papel na divulgação da cultura ibero-americana no ambiente digital

Aurelio López Tarruella²

Não é minha intenção com este breve artigo contar-lhes o quanto mudou ou vai mudar a disciplina científica à qual me dedico depois da pandemia da COVID-19. Mas devo admitir que, de algum modo, estas linhas estão ligadas à pandemia, já que foi durante esses longos períodos de confinamento que fomos obrigados a aguentar, que eu pude lembrar do grande **legado cultural** que nós, ibero-americanos, compartilhamos: o cinema de González Iñárritu, Fernando Meirelles ou Campanella; os inesquecíveis romances de Gabo, Vargas Llosa, Cortázar e o resto de representantes do *boom* latino-americano; a música de Sabina, Calamaro, Mercedes Sosa e, nos momentos mais duros, Carlos Vives e Los Amigos Invisibles. Inclusive devo confessar que, mais de uma vez, me flagrei vendo algum espetáculo teatral de Les Luthiers no YouTube.

Todas estas manifestações da cultura ibero-americana não teriam sido possíveis sem o apoio do **sistema de propriedade intelectual** ou, mais especificamente, dos **direitos autorais e dos direitos conexos**. Muitos veem estes direitos como mecanismos inventados pelos chamados «países desenvolvidos» para garantir a proteção dos interesses de suas grandes corporações quando fazem negócios em nossos países; ou como obstáculos inventados por nossos Estados para dificultar o acesso do cidadão comum a conteúdos audiovisuais disponíveis na Internet. Essa é uma visão equivocada: a finalidade dos direitos autorais é fomentar a criatividade, sem importar de onde ela vem. Para isso, o ordenamento jurídico concede aos autores um direito de exclusividade sobre suas criações durante um período de tempo determinado. Esta exclusividade lhes permite **explorar economicamente suas criações** por si ou com a ajuda de terceiros (editores, produtores audiovisuais, produtores musicais...) e, assim, gerar receita. Graças a isso, os autores se sentem **incentivados a produzir** novas obras e, ao mesmo tempo, estimula outras pessoas a seguirem seu exemplo. Isso, em última instância, beneficia a sociedade, pois quanto maior for o número de obras publicadas maior será a riqueza cultural de um país.

² Diretor da Cátedra Ibero-Americana de Cultura Digital e Propriedade Intelectual.

A finalidade dos direitos autorais é fomentar a criatividade, sem importar de onde ela vem.

Um país que não reconhece a propriedade intelectual, ou que não disponibiliza os meios necessários para perseguir as violações de direitos ou a pirataria digital, está transmitindo uma **mensagem perversa** aos seus autores, que não vão se sentir incentivados a criar; e aos editores e produtores, que não terão nenhum estímulo para realizar os investimentos necessários para que essas obras possam chegar ao público em geral.

Em qualquer caso, a necessidade de conceder uma **proteção adequada** aos direitos autorais não impede de afirmar que cada país deve criar seu sistema de propriedade intelectual de acordo com suas necessidades. A nível mundial, existem tratados que garantem um padrão mínimo de proteção dos autores no âmbito internacional, circunstância que beneficia a universalidade da cultura. Mas estes tratados oferecem a **flexibilidade** necessária para que cada país adapte seu sistema de propriedade intelectual às suas situações socioeconômicas específicas e aos seus objetivos nacionais de desenvolvimento. Estas situações e objetivos mudam ao longo do tempo e, portanto, os sistemas de propriedade intelectual também devem ser aperfeiçoados constantemente. Há algumas décadas, que esta necessidade de adaptação é incentivada pela **revolução digital** já que isso está afetando especialmente a forma como temos **acesso à cultura**.

Plataformas digitais como Netflix, Amazon, YouTube ou Spotify facilitam a difusão da cultura ibero-americana em todo o mundo. Além disso, algumas destas plataformas funcionam não só como distribuidoras de conteúdo, mas também como **produtoras**, dando trabalho a autores e intérpretes ibero-americanos, alguns dos quais tinham caído no esquecimento. No entanto, estas plataformas estão assumindo um **poder de mercado incomensurável**, uma situação que pode prejudicar os interesses dos autores e intérpretes, que, muitas vezes, são obrigados a ceder seus direitos a preços irrisórios. Isto não deveria ser necessariamente assim. Por exemplo, algumas leis nacionais nesta matéria reservam aos autores e intérpretes, por lei, o direito a uma remuneração simples pelo uso que for feito de suas obras e interpretações dentro do seu território. Para receber esta remuneração, têm um papel muito importante as chamadas **sociedades de gestão coletiva**, que gozam de grande reputação em muitos países da Ibero-América, cuja finalidade geral é defender os interesses dos autores e intérpretes de forma coletiva tanto em seu país como no exterior. Os sistemas nacionais de propriedade intelectual devem favorecer a implantação destas entidades e fiscalizar adequadamente suas atividades.



Foto: Anastasia Shuraeva Pexels

Da mesma forma, as tecnologias da informação oferecem grandes oportunidades para facilitar o acesso à cultura e ao conhecimento. Os **recursos docentes** com os quais são formados nossos alunos foram elaborados por pessoas que são consideradas autores e, portanto, merecem ser remuneradas por seu trabalho intelectual em troca de sua contribuição. Igualmente, existem empresas que investiram para que estes recursos docentes chegassem até o usuário final. Mas uma proteção absoluta destas pessoas pelo sistema de propriedade intelectual pode ter efeitos contraproducentes. Para explicar isso de forma simples: para ter acesso a esses recursos é preciso uma autorização do titular dos direitos e, para isso, geralmente deverá ser pago um preço que nem todo o mundo pode assumir. Isto poderia ser um obstáculo para o ensino e a pesquisa. Para eliminar ou, pelo menos, reduzir estes efeitos, as legislações nacionais preveem **exceções e limitações** ao direito de exclusividade com diversos objetivos: permitir que os docentes utilizem **extratos de obras** em **suas aulas** para **ilustrar** um assunto; garantir que nossos pesquisadores possam ter acesso ao conhecimento existente sobre determinadas matérias como base para suas pesquisas; permitir que os recursos docentes sejam traduzidos para os idiomas autóctones e divulgados a preços acessíveis para a população; ou para facilitar a adaptação das contribuições culturais a formatos acessíveis para pessoas com deficiências visuais ou auditivas. Estas exceções, já existentes em muitos sistemas, devem ser **adaptadas ao ambiente digital**. Para dar um exemplo, até pouco tempo atrás, algumas legislações nacionais só permitiam as cópias reprográficas (fotocópias) de fragmentos de artigos de pesquisa ou livros escolares para fins de ensino. Isso impedia que os docentes pudessem disponibilizar para seus alunos uma cópia digital desses artigos ou fragmentos de livros numa plataforma eletrônica. Essa situação constituía um grande obstáculo para o ensino à distância, o qual, como mostrou a COVID-19, teve um papel muito relevante. Felizmente, nossos legisladores fizeram as adaptações

necessárias no sistema para eliminar esses obstáculos.



Foto: Moritz Mair - Pexels

Outro aspecto a ser considerado em relação ao acesso à cultura e ao conhecimento é a implementação em muitos países de **políticas de acesso aberto**. Ou seja, o financiamento por parte dos poderes públicos de publicações gratuitas e em formato aberto (para qualquer fim e desde que sejam respeitadas algumas condições mínimas) de publicações docentes e de pesquisa para facilitar o acesso dos estabelecimentos de ensino, universidades e do público em geral. Na essência destas iniciativas está, além da intenção de conseguir um acesso universal à cultura, a consideração, cada vez mais frequente, de que as instituições públicas de pesquisa não deveriam gastar dinheiro para adquirir as publicações que, em sua grande maioria, elas mesmas financiaram, e que os resultados das pesquisas apoiadas por órgãos públicos têm que beneficiar aqueles que investiram dinheiro para realizá-las: a sociedade.

Para muitos, as tecnologias da informação são inimigas das tradições culturais de nossos países: obras literárias em idiomas autóctones, danças e outras expressões culturais tradicionais parecem não encaixar num mundo cada vez mais digitalizado onde parece que só há lugar para as manifestações culturais impostas pelas grandes corporações. Nada poderia estar mais longe da verdade. Muitos autores concordam que as **ferramentas de digitalização** podem ajudar a **preservar** nossos **patrimônios culturais** e torná-los mais **conhecidos**. Por isso, não é de estranhar que os museus, bibliotecas e arquivos estejam digitalizando as obras disponíveis em seus catálogos e disponibilizando-as, em formato digital, para pesquisadores e para o público em geral. Estas iniciativas suscitaram problemas impensáveis faz alguns anos, como o das «obras órfãs» e das obras fora do circuito comercial, e nos dá uma ideia dos benefícios que esta digitalização, bastante dispendiosa, pode ter para nossas culturas:

recuperar e colocar à disposição do público em geral livros, obras audiovisuais e musicais que, com o tempo, caíram no esquecimento, a tal ponto que, muitas vezes, nem sequer sabemos se seus titulares (pessoas físicas ou jurídicas) continuam existindo. De novo, os sistemas de propriedade intelectual não podem ser um obstáculo para que nossa riqueza cultural esteja mais disponível para nossas comunidades e cidadãos de qualquer nacionalidade. Por isso, é preciso **adaptar nossas legislações** ao novo contexto e permitir que estas atividades de digitalização e de disponibilização sejam realizadas respeitando todos os interesses das atividades presenciais.

As ferramentas de digitalização podem ajudar a preservar nossos patrimônios culturais e torná-los mais conhecidos.

Estes exemplos mostram como os direitos de propriedade intelectual devem ser vistos como uma ferramenta à disposição dos Estados para promover a divulgação das produções culturais ibero-americanas no ambiente digital. Nossos países devem adaptar suas legislações sobre esta matéria para garantir a proteção de nossos autores e intérpretes e facilitar o acesso à nossa cultura, tanto de nossas sociedades como dos cidadãos de nacionalidades estrangeiras.

Neste contexto, a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, e a Universidade de Alicante (Espanha) criaram a Cátedra Ibero-Americana de Cultura Digital e Propriedade Intelectual. As atividades organizadas dentro da Cátedra visam facilitar os processos de **geração de conhecimento conjunto** necessários para enfrentar as adaptações legislativas e a elaboração de políticas públicas que garantam a proteção dos direitos culturais expressos na Carta Cultural Ibero-Americana (incluindo o direito de propriedade intelectual) no ambiente digital, e contribuam para melhorar as condições de criação, divulgação e acesso à cultura ibero-americana no ambiente digital.



Foto: Andrew Neel Unsplash

A transformação digital das universidades

Além da pandemia

Carles Sigalés³

O processo de digitalização em que estiveram imersas nossas sociedades nas duas últimas décadas se acelerou significativamente com a expansão da pandemia da COVID-19, afetando especialmente os sistemas de educação e, particularmente, a universidade. Em pouco mais de um ano, o lockdown e as restrições de mobilidade e de aglomeração de pessoas em ambientes fechados obrigaram a maioria das universidades a **modificar** todos seus **planos e transformar sua docência** para continuar oferecendo-a on-line, e transferir grande parte de suas atividades de pesquisa, transferência e gestão para ambientes mediados pela tecnologia. Um ano depois do surgimento da pandemia, a digitalização se tornou uma necessidade para a maioria das universidades e uma prioridade para suas estratégias de futuro.

Mas ao que nos referimos quando falamos da digitalização da universidade? Estamos falando de introduzir as tecnologias da informação e da comunicação nos diversos processos desenvolvidos nas instituições universitárias? De e-learning? Da implantação de sistemas de administração eletrônica? Do desenvolvimento de políticas de governança e acesso aberto? Salinas e Marín (2018), numa análise profunda sobre as concepções da universidade digital na Ibero-América, mostram que o conceito de universidade digital continua sendo polissêmico e que pode ser interpretado de uma forma diferente em função dos **diferentes contextos** em que as universidades se encontrem. Na Espanha, por exemplo, a ênfase parece mais ligada ao **novo modelo de universidade** que promove o Espaço Europeu de Educação Superior (EES), enquanto que na América Latina aparece, entre outras, uma maior preocupação com a qualidade da educação virtual.

³ Vice-reitor de Ensino e Aprendizagem da Universidade Aberta da Catalunha (UOC).



Foto: ConvertKit Unsplash

Mike Bracken (2016) sugere, de forma muito sucinta, que a transformação digital consiste em aplicar a cultura, práticas, processos e tecnologias da era da Internet para satisfazer as crescentes expectativas das pessoas. Tão fácil e tão difícil assim. Quais são as implicações que tem para a universidade a transformação digital entendida desta forma? Poderíamos dividir a digitalização em pelo menos dois níveis. Em primeiro lugar, as transformações aplicadas aos **processos internos** da instituição e, principalmente, à sua atividade docente. A introdução de tecnologias de realidade virtual e realidade aumentada, ou a incorporação de ambientes virtuais de aprendizagem, por exemplo, podem ser utilizados para **enriquecer** a formação presencial em sala de aula e para que os estudantes possam continuar aprendendo fora dela. A digitalização também permite melhorar todos os processos de **gestão e administração** da atividade acadêmica, serviços de apoio e atendimento aos estudantes, processos de comunicação, marketing e comercialização, etcetera. A introdução das tecnologias digitais em todos estes processos permite obter maior eficiência e pode melhorar significativamente os serviços prestados pela universidade, mas não implica por si só uma mudança disruptiva em relação ao alcance e natureza de suas atividades.

Num nível mais avançado, as tecnologias digitais e todos seus derivados criam contextos cenários que obrigarão a mudar os modelos de universidade, a relação entre as próprias universidades e o impacto social da formação universitária no mundo. As tecnologias digitais já permitem a completa **virtualização dos processos** de formação universitária. Já não se trata apenas de enriquecer a formação dada na sala de aula com diversos recursos tecnológicos, mas de que a formação universitária pode ser levada a qualquer lugar do planeta onde exista a possibilidade de conexão à Internet. A ubiquidade permite a criação de comunidades universitárias: professores, estudantes, redes de pesquisa, *alumni*, etcetera,

espalhadas por todo o mundo. Comunidades universitárias que constituem nós de conhecimento, conectadas em rede com outras universidades, centros de pesquisa, empresas, instituições e organizações sociais que buscam através da criação e difusão do conhecimento, o progresso, bem-estar e um desenvolvimento global equitativo e sustentável.

As tecnologias digitais e seus derivados criam contextos que obrigam a mudar os modelos de universidade, a relação entre as universidades e o impacto social da formação universitária no mundo.

O crescente valor do conhecimento, e da educação como sua principal via de acesso, geraram uma **demanda global** por cursos superiores que se aproximará aos 400 milhões de vagas universitárias em 2030, 45 milhões destas vagas na região da América Latina e do Caribe (Calderon, 2018). Uma parte significativa desta demanda virá de **setores sociais** que historicamente estiveram **sub-representados** na universidade e de países com economias emergentes que necessitam aumentar significativamente a população com nível universitário para continuar prosperando. Além disso, nestes países, e naqueles que já possuem taxas de população universitária superiores a 30%, teremos que adicionar a demanda crescente de formação ao longo da vida. As mudanças tecnológicas, os avanços no conhecimento e o grande impacto da digitalização no mercado de trabalho exigirão, além de uma formação inicial sólida, uma atualização permanente dos conhecimentos e competências adquiridas, orientação e um acompanhamento contínuo por parte das instituições de ensino superior.

Para satisfazer todas estas necessidades, os campus universitários que temos hoje não serão suficientes, nem com um considerável aumento da oferta de cursos universitários no formato presencial. A **formação on-line** será imprescindível para **ampliar o acesso e a cobertura universitária global**. Em primeiro lugar, porque é mais acessível, flexível e adaptável às necessidades dos novos perfis dos estudantes que o ensino presencial. A formação on-line supera melhor as barreiras geográficas de grandes setores da população que vivem longe dos centros universitários e, sobretudo, permite conciliar a formação com as obrigações próprias da vida profissional e de outras responsabilidades da vida adulta. A formação on-line parece ser a melhor alternativa quando se trata de acompanhar as pessoas em seus processos de formação ao longo da vida. Além disso, o ensino on-line também permite desenvolver de forma privilegiada todas as competências transversais relacionadas com os processos de digitalização, já que são parte inerente deles. As novas formas de trabalhar, a compreensão das vantagens, os perigos e as ameaças da transformação digital podem ser vividos e analisados de forma crítica nos ambientes virtuais onde são dadas estas aulas, mas com a condição de que seja uma forma de ensino reconhecida, respaldada por uma universidade de qualidade em todas suas facetas.

Medir com certa precisão em que fase do processo de transformação digital estão as universidades ibero-americanas é muito complicado porque existe entre elas uma grande diversidade e uma grande desigualdade nos níveis de integração das TIC. De qualquer forma, uma parte significativa da academia resiste à mudança e teme que a digitalização possa levar a uma perda de identidade que desvirtue o sentido e a finalidade das instituições de ensino superior. Alguns autores (Fitzgerald e Gunter, 2017; Adell, 2018) falam da **uberificação do ensino superior** (por sua semelhança com os modelos de negócios do Uber, Airbnb, etc.) para referir-se à possível proliferação de pseudouniversidades que, através de plataformas digitais, subcontratem professores para que preparem **conhecimentos “empacotados”**, e os ofereçam a baixo custo, com o predomínio de processos automatizados e tutorias personalizadas, destinados exclusivamente a satisfazer as exigências do sistema produtivo. Os temores expressos por estes e outros autores não têm fundamento. Na verdade, este tipo de universidade já existe e, em alguns casos, se aproveitam do imobilismo de muitas outras para ampliar suas ofertas. Mas a maior ameaça não são as **pseudouniversidades**, as grandes empresas de Internet com uma enorme capacidade de impacto global estão muito perto de poder oferecer formação em todos os níveis, a um custo muito baixo e, possivelmente, com um nível de qualidade aceitável, especialmente em programas de formação de curta duração que visam o desenvolvimento de competências profissionais. A Internet permite oferecer uma grande diversidade de opções de acesso ao conhecimento que devem ser levadas muito em conta. A universidade já não tem a exclusividade da formação de alto nível e deverá estar atenta a estas mudanças e melhorar suas ofertas se não quiser perder seu papel central na sociedade do conhecimento. Para isso, deverá considerar a natureza dos desafios da sociedade digital e o alcance da mudança que a digitalização traz consigo. Analisaremos alguns destes desafios a seguir.



Foto: Fauxels - Unsplash



Foto: ConvertKit - Unsplash

Enfrentar uma mudança cultural

A transformação digital da universidade não é uma questão principalmente tecnológica, embora a participação da tecnologia seja imprescindível. A transformação digital significa, sobretudo, uma **mudança cultural**, ou seja, uma mudança de longo prazo que deve ser acompanhada de uma reflexão estratégica sobre o que esta mudança significa em todos os níveis. As universidades podem optar por um processo de digitalização que reforce sua missão e seu lugar no mundo, ou podem definir outros objetivos que até poucos anos atrás não estavam ao seu alcance. Qualquer que seja a opção escolhida deverá levar em conta que estamos diante de uma **mudança sistêmica** em que a inação também tem consequências. Por esta razão, a administração das universidades deve integrar a gestão das TIC e de dados, com uma posição de liderança sólida, um sistema aberto e colaborativo que facilite a participação de toda a comunidade universitária e que estimule a inovação e a cocriação com todo seu meio.

Maior protagonismo e exigência dos estudantes

Na sociedade digital, o poder e a exigência da comunidade, e mais especificamente dos estudantes, aumentarão. Existem pelo menos duas fortes razões que corroboram esta afirmação. Por um lado, como já está acontecendo em outros setores, o acesso direto às informações e a capacidade de comunicação que proporciona a Internet e os dispositivos digitais, aumentam a capacidade de gestão e decisão dos estudantes e, conseqüentemente, implicam um **maior empoderamento** na hora de participar ativamente na universidade e influir

em suas decisões. A entrada de estudantes adultos com uma carreira universitária prévia e uma trajetória profissional em andamento aumenta ainda mais o nível de exigência em relação à universidade e à qualidade de sua oferta de formação, particularmente em tudo o que diz respeito ao desenvolvimento de **competências profissionais** e à qualidade e atualização dos conteúdos. Por outro lado, a digitalização estimula a evolução da docência para modelos de educação com foco no estudante, com importantes consequências em diversos níveis: mudanças no papel dos professores, estudantes mais ativos e envolvidos com seu próprio processo de aprendizagem e uma capacidade muito maior de escolha no que se refere ao formato de cursos e à combinação de itinerários curriculares.

Os atuais AVA ou ambientes virtuais de aprendizagem permitem replicar muitas experiências próprias do formato presencial e ir além em termos de **personalização e flexibilização** dos processos de aprendizagem; mas a digitalização não afeta apenas a metodologia docente, o conteúdo dos cursos e o que merece ser aprendido. A digitalização também permite criar um ecossistema de serviços que cobre todo o ciclo de vida do estudante, desde a orientação inicial, para que ele possa escolher o programa de formação mais apropriado, passando pelo acompanhamento de todo seu processo de aprendizagem, até sua entrada no mercado de trabalho e sua incorporação na comunidade de *alumni*, para poder oferecer mais adiante outras oportunidades de formação. Um serviço integral que cada vez será mais demandado.

O potencial e as limitações da tecnologia e as aplicações da inteligência artificial

A constante evolução das tecnologias digitais propiciou, nos últimos tempos, um significativo avanço dos processos de automatização baseados em algoritmos, da capacidade para processar em muito pouco tempo grandes quantidades de dados e, conseqüentemente, o desenvolvimento, em diversas áreas, de aplicações da inteligência artificial. Do ponto de vista tecnológico, este tipo de aplicação pressagia grandes mudanças nas práticas docentes, nos serviços de atendimento e tutoria para os estudantes, no conhecimento de seus perfis e na elaboração de ofertas muito mais personalizadas. Além disso, a implantação de **sistemas integrais de dados** permitirão ter processos de tomada de decisões muito mais informados e abrirão novas possibilidades para compartilhar conhecimentos entre as universidades, entre elas e outras instituições e, obviamente, entre redes de pesquisa e inovação. No entanto, a questão é muito mais complexa do que mostra a tecnologia. No âmbito docente, as análíticas de aprendizagem e as aplicações baseadas em algoritmos encaixam muito melhor em ambientes virtuais de aprendizagem do que nas aulas presenciais tradicionais onde não é possível definir o que o estudante está fazendo, para poder criar sistemas de ajuda

automatizada.

Por outro lado, numa análise detalhada de artigos acadêmicos sobre as aplicações da **inteligência artificial** na educação, Tuomi (2020) destaca que a imensa maioria se refere a serviços de atendimento aos estudantes, admissão, assessoramento, biblioteca e outros serviços administrativos. Apenas 4% do total dos artigos revisados correspondem a aplicações de apoio aos processos de ensino e aprendizagem, fundamentalmente nos âmbitos da tutoria, avaliação e feedback. Além disso, como destacam ZawackiRichter *et al.* (2019), mais de 90% desta literatura acadêmica provêm de departamentos universitários ligados às áreas STEM, particularmente propensas ao otimismo sobre os efeitos da tecnologia na educação. De qualquer forma, a ideia de que a inteligência artificial poderia substituir progressivamente os professores na atividade docente não parece, hoje, muito realista. Os atuais desenvolvimentos de inteligência artificial têm sérias limitações para assumir um papel de destaque nos processos docentes. Os sistemas de inteligência artificial podem ser excelentes **máquinas preditivas**, mas nos domínios da aprendizagem só são úteis para alguns tipos de avaliação e no desenvolvimento de sistemas de tutoria automática que permitem identificar em que aspectos do aprendizado de uma determinada matéria os estudantes têm dificuldade. Nos processos de ensino e aprendizagem de alto nível, onde a criatividade e o contexto cultural que permite a criação de significados são relevantes, a inteligência artificial não pode oferecer soluções. Tudo isto deve ser levado em consideração nos processos de digitalização. As tecnologias digitais oferecerão, sem dúvida, um grande número de oportunidades para as diversas estratégias das universidades, mas serão **os professores**, apropriando-se adequadamente da tecnologia, quem deverão continuar liderando a transformação dos processos de ensino e aprendizagem nesta nova era.

REFERÊNCIAS

- Adell Segura, J., Castañeda Quintero, L., y Esteve Mon, F. (2018). Hacia la Ubersidad? Conflictos y contradicciones de la universidad digital. RIED. *Revista Iberoamericana de Educación a Distancia*, 21(2), pp. 51-68. <https://doi.org/10.5944/ried.21.2.20669>
- Bracken, M. (2016). *CO-OP Digital Block*. <https://digitalblog.coop.co.uk/2016/06/14/what-we-meanwhen-we-say-digital/>
- Calderon, A. (2018). *Massification of higher education revisited*. Melbourne: RMIT University Fitzgerald, T., y Gunter, H. M. (2017). Debating the agenda: the incremental uberisation of the field. *Journal of Educational Administration and History*, 49(4), 257-263. <https://doi.org/10.1080/00220620.2017.1342980>

Salinas Ibáñez, J. y Marin, V. I. (2018). Las diferentes concepciones de la universidad digital en Iberoamérica. *RIED. Revista Iberoamericana de Educación a Distancia*, 21(2), pp. 97-118.

<https://doi.org/10.5944/ried.21.2.20653>

Tuomi, I. (2018). *The Impact of Artificial Intelligence on Learning, Teaching, and Education: Policies for the Future*. Cabrera, M., Vuorikari, R. y Punie, Y. (eds.) Publications Office of the European Union: Luxembourg. <http://dx.doi.org/10.2760/12297>.

Tuomi, I. (2020) *The use of Artificial Intelligence (AI) in education. Background report for the European Parliament*. <https://bit.ly/3lCMotK>

Zawacki-Richter, O., Marín, V.I., Bond, M. et al. (2019) Systematic review of research on artificial intelligence applications in higher education – where are the educators?. *Int J Educ Technol High Educ* 16, 39.

<https://doi.org/10.1186/s41239-019-0171-0>

História econômica

A liberdade é o fundamento da prosperidade

Ricardo B. Salinas⁴

Uma leitura interessante é *A concise economic history of the world*, obra que nos permite conhecer os contextos propícios para gerar riqueza e nos surpreendermos com a determinação do ser humano em superar qualquer adversidade e criar melhores condições de vida. No meu intuito de querer criar uma **prosperidade inclusiva** em qualquer contexto, a principal contribuição deste livro, escrito por Larry Neal e Rondo Cameron, é o estudo das causas por trás dos momentos de maior prosperidade da história. Em poucas palavras, os fundamentos da geração de riqueza estão diretamente relacionados com a liberdade econômica e a solidez das instituições que as propiciam. Vejamos.

Mercantilismo vs. liberalismo

Começarei pelo século XVI, quando surgiram dois modelos de desenvolvimento antagônicos: o **mercantilismo**, na Espanha, e a **economia aberta** e competitiva adotada pelos Países Baixos.

O mercantilismo promoveu uma interminável regulação governamental na atividade econômica, aplicação de taxas alfandegárias para proteger os produtores da concorrência estrangeira e a proibição de exportar metais preciosos. Este modelo teve consequências desastrosas de longo alcance no bem-estar dos espanhóis, fazendo com que este país chegasse ao século XX na mais profunda pobreza, que só foi resolvida com a adoção de um modelo de **economia aberta**.

Em primeiro lugar, a grande quantidade de ouro proveniente de suas colônias se transformou em mais dinheiro em circulação, o que gerou inflação. Para controlar este efeito prejudicial para o bem-estar da população, a autoridade fixou preços máximos para os grãos, o que trouxe como consequência a escassez do produto e uma infinidade de terras ociosas pela baixa rentabilidade para cultivá-las. Como se isto fosse pouco, em vez de criar uma união alfandegária em seu império para facilitar o comércio, Carlos V impôs taxas alfandegárias generalizadas, inclusive entre Castilla e Aragón, o que dificultou a livre circulação de mercadorias e afetou o nível de vida de todos seus habitantes.

⁴ Presidente e Fundador do Grupo Salinas

Além disso, para financiar os excessivos gastos da Corte e das intermináveis guerras, tanto Carlos V como Felipe II mantiveram os impostos altos. Contudo, como a arrecadação e o ouro das colônias frequentemente eram insuficientes para **financiar seus excessos**, a coroa espanhola contraía dívidas, que se tornaram incontroláveis. Em 1552, Carlos V suspendeu o pagamento de juros.



La Tavola Strozzi por Francesco Rosselli

Por outro lado, os Países Baixos, com escassez de recursos naturais e com uma economia dependente do comércio internacional, se dedicaram a importar matérias-primas, sem taxas alfandegárias, e a transformá-las em produtos acabados para exportação. Este foi o caso da compra de lã da Inglaterra e a venda para o exterior de sofisticados produtos têxteis. Desta forma, se desenvolveram várias indústrias que **competiram com sucesso** em todo o mundo.

O setor primário se especializou em produtos de maior **valor agregado e alta qualidade**, como queijos, manteigas e arenques processados, e foi o mais produtivo do continente. Os Países Baixos também se beneficiaram da migração, já que foram contratados trabalhadores qualificados, entre eles judeus da Espanha e de Portugal, e protestantes da França, que agregaram valor e encontraram total tolerância religiosa. Nesse contexto de liberdades, esta região do mundo conseguiu uma prosperidade invejável e níveis de bem-estar superiores aos do resto da Europa.

A Revolução Industrial

Encontramos outro episódio de grande dinamismo a partir do século XVII na Grã Bretanha, quando o parlamento **limitou a influência da monarquia** na economia e assumiu o controle das finanças públicas, com um sistema fiscal limitado e com menos burocracia. Neste contexto, os empreendedores britânicos tiveram maior liberdade de ação, o que propiciou a Revolução Industrial.

A **produtividade rural** cresceu com o uso de melhores fertilizantes e a introdução de novas técnicas de cultivo, o que reforçou a renda dos agricultores e permitiu produzir mais alimentos com menos pessoal. Isso possibilitou a **migração para as cidades**, onde as pessoas puderam se dedicar à manufatura. Esta indústria encontrou mercados onde colocar seus produtos entre os agricultores mais prósperos.

A necessidade de transportar mercadorias de maior tamanho, de forma econômica e confiável, foi um incentivo para estimular a eficiência da **máquina a vapor** de James Watt. Em 1830 foi inaugurada a primeira ferrovia entre Liverpool e Manchester. Ao crescer geograficamente, a ferrovia promoveu indústrias como a do aço, madeira ou materiais de construção, que, por sua vez, favoreceram novas atividades, num círculo virtuoso de prosperidade.

Discutiu-se muito sobre os **efeitos sociais adversos** desta época, especialmente sobre o trabalho de mulheres e crianças na indústria, no entanto, os autores explicam que esta era uma prática antiga no setor agrícola que a indústria simplesmente adotou, e que eventualmente foi eliminada. Também foram motivo de discussão as condições insalubres e de aglomeração nas novas cidades, no que influenciou muito a falta de planejamento das áreas urbanas diante de seu rápido crescimento (naquela época não existia o conceito moderno de planejamento urbano).

A verdade é que a maior produtividade do trabalho, a partir dos avanços tecnológicos, propiciou um **aumento gradual dos salários** e uma melhoria no bem-estar de amplos segmentos da classe trabalhadora da Grã Bretanha durante todo um século, entre 1750 e 1850.



Foto: Pexels

O marco legal construído pela modernidade

O progresso precisava de um marco institucional propício para a criação de riqueza e um elemento fundamental para isso foi a **Common Law** britânica, que protegeu a propriedade

privada dos interesses da Coroa.

Por outro lado, a Declaração dos **Direitos do Homem e do Cidadão**, derivada da Revolução Francesa, proclamou como direitos naturais do ser humano a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.

Finalmente, os **Códigos Napoleônicos** do início do século XIX defenderam a igualdade perante a lei e o estado laico, autorizaram a cobrança de juros nos créditos e deram origem à sociedade anônima.

Num contexto similar de liberdade, decorrente de sua **Declaração de Independência**, os Estados Unidos também tiveram um extraordinário crescimento econômico a partir do século XIX.

Outro exemplo de prosperidade foi a **União Europeia**, que começou a ser criada em 1950 e que com o tempo permitiu que mercados crescentes, derivados do livre comércio, gerassem maior especialização e competitividade, o que melhorou o nível de vida dos europeus, pelo menos até a crise de 2010, cujas sequelas ainda permanecem.

Em resumo: a liberdade é o fundamento da prosperidade

Para terminar, não devemos nos esquecer do célebre caso de **destruição de valor na União Soviética**. Desde sua criação em 1922, o mercado foi substituído por planos centrais nos quais a burocracia decidiu como resolver os complexos problemas que representa determinar a produção, distribuição e consumo de forma eficiente. O planejamento central foi feito sem levar em conta os custos e os benefícios dos projetos, sua rentabilidade, nem as preferências dos consumidores ou os interesses dos trabalhadores.

Isto causou uma crescente ineficiência, desperdício de recursos, **destruição de riqueza** e, naturalmente, um progressivo mal-estar social. Na zona rural, por exemplo, as fazendas coletivas não davam incentivos suficientes aos agricultores para atingir as metas de produção. Inclusive, na década de 60, a URSS se tornou importadora de grãos.

Quando Mikhail Gorbachev assumiu o poder em 1985, a economia passava por uma profunda recessão que afetava vários setores industriais e agrícolas, com um **grave atraso tecnológico**, que foi um dos fatores que contribuíram para a queda da URSS em 1991.

Através da história, é evidente a correlação entre a **liberdade econômica**, as instituições que a promovem, o progresso dos países e o bem-estar de sua população: a inovação é filha da liberdade, especialmente nos momentos mais adversos da história.



Ricardo B. Salinas

A enorme e crescente prosperidade que a humanidade viveu nos últimos 300 anos é fruto da **constante inovação**, que por sua vez é estimulada pela livre concorrência. Sendo assim, liberdade, inovação e concorrência são os elementos que compõem a fórmula da prosperidade. Hoje mais do que nunca, é fundamental levar isto em conta: a *inventiva humana* é capaz de resolver qualquer adversidade.

O capital humano como base da quarta revolução industrial

*Victoria Galán Muros⁵
Alej Blanca⁶*



Foto: LinkedIn - UNplash

Rumo a um mercado de trabalho digitalizado e humano

O futuro do trabalho é hoje. O mercado automatizado e digitalizado do qual levamos falando há mais de uma década já é uma realidade e está sendo catapultado entre cinco e dez anos para o **futuro digital** pelas mudanças que a crise sanitária da COVID-19 trouxe para a sociedade a nível internacional (Boston Consulting Group, 2020).

Como resultado desta transição tecnológica, os números preveem a **substituição** de 85 milhões de empregos (WEF, 2020a). Estes postos são aqueles que envolvem tarefas mais rotineiras e são ocupados por empregados com menor qualificação. Já existem indícios de que as mulheres, os jovens e as pessoas com poucas competências digitais também estarão entre os **grupos mais afetados** (Pricewaterhouse Coopers, 2018; UNCTAD, 2019). Na indústria manufatureira, que já reduziu 20% dos seus empregos nas últimas duas décadas, espera-se um impacto ainda maior (OECD, 2019a). E o efeito da pandemia prejudicou principalmente o

⁵ Cofundadora e diretora executiva no Innovative Futures Institute

⁶ Consultora do Innovative Futures Institute

setor serviços, que em muitos casos se debate entre a **reinvenção digital ou o desaparecimento**. Estas mudanças deixam, por exemplo, 60% dos empregos na América Latina numa faixa de risco médio ou alto de desaparecer (CEPAL & OIT, 2020).

Paralelamente, nos próximos cinco anos calcula-se que serão criados 97 milhões de novas funções (WEF, 2020a) e que haverá uma **mudança nas habilidades requeridas** nos empregos atuais. Isto implica a aceleração de uma tendência que já vinha acontecendo. Por exemplo, do total de vagas de emprego oferecidas em 2019, entre 10% e 50% pediam habilidades que dez anos antes não eram necessárias para desempenhar estas mesmas funções (Deming e Noray, 2020). A demanda de perfis e habilidades se refere principalmente às áreas de tecnologia. Só na Espanha, calcula-se que até 2025 serão criados dois milhões de empregos relacionados com o desenvolvimento de software, consultoria em Cloud, análise de dados, inteligência artificial e machine learning (Microsoft Data Science, 2020). Além dos especialistas nestas tecnologias emergentes, um mercado de trabalho digital necessita que os profissionais de outras áreas também possuam habilidades digitais básicas para poder realizar seu trabalho num ambiente digital.

Esta tendência contrasta com a **disponibilidade de profissionais** na área. Na Ibero-América mais da metade dos egressos do ensino superior corresponde a perfis de ciências sociais, cerca de 30% cursam administração de empresas ou direito, e apenas 3% a 4% dos egressos correspondem à área de tecnologias da informação e da comunicação (OEI, 2021). Além disso, a



Ibero-América também precisa aumentar os níveis de **competência tecnológica** da população em geral. O estudo PIAAC mostra que apenas 2% dos jovens (16-24 anos) chilenos alcançam o nível mais alto na resolução de problemas em ambientes **ricos em tecnologia**, comparado aos 8% da média da OCDE. No Equador, Peru e México, a média de adultos sem experiência prévia ou com poucos conhecimentos sobre o uso de tecnologias da informação duplica a média da OCDE (16,3%), chegando a 33%, 40% e 44%, respectivamente (OCDE, 2019b).

Embora as habilidades digitais sejam importantes, não são suficientes. O trabalhador

do futuro necessita ter também uma ampla gama de **competências transversais** como elementos diferenciadores. Essas competências inerentemente «humanas» permitem realizar trabalhos com **baixo risco atual de automatização** e aumentar o efeito da tecnologia com a qual trabalham. Estas habilidades transversais incluem as habilidades comportamentais (soft skills) tradicionais como comunicação, colaboração e resolução de problemas (Manpower, 2018), assim como características exclusivamente humanas como empatia, criação de relações pessoais, capacidade cognitiva, criatividade, curiosidade ou inteligência emocional (LinkedIn, 2018; McKinsey Global Institute, 2021; WEF, 2020b). Cada vez mais perfis exigem esta **combinação de habilidades** e são precisamente aqueles profissionais com competências digitais e humanas mais desenvolvidas os que têm de uma maior taxa de emprego e salários mais altos (Burning Glass, 2019).

A formação do capital humano

Portanto, este **mercado de trabalho** altamente variável, automatizado e digitalizado é também o mercado de trabalho onde o capital humano faz a diferença. Mas a formação do capital humano não acompanhou o ritmo que o mercado necessita, criando situações em que coexistem altas taxas de desemprego, especialmente juvenil, com executivos que têm dificuldade para encontrar profissionais com o perfil adequado. Por exemplo, na Espanha 41% dos executivos de empresas afirmam que têm problemas para contratar pessoal (Manpower, 2020a), e 40,7% dos jovens menores de 25 anos estão desempregados (Eurostat, 2021).

Foto: Olya Danilevich

Esta revolução requer um esforço conjunto para **acelerar o desenvolvimento e a reconversão do capital humano** para evitar um aumento na brecha de habilidades. Temos uma série de desafios pela frente: aumentar o número de projetos pedagógicos voltados para funções e setores prioritários, assim como o número de matriculados; incluir habilidades digitais e transversais em todos os projetos pedagógicos e oferecer cursos de formação de curta duração para a população em geral para proporcionar-lhes as habilidades digitais necessárias para fazer a transição para esta nova ordem, o que permitirá a reconversão profissional de todas essas pessoas cujas habilidades são automatizáveis, para empregos aos quais hoje elas não têm acesso porque não possuem habilidades fundamentais (Boston Consulting Group, 2020).

Cada revolução industrial trouxe consigo uma nova forma de aprendizagem. A quarta revolução industrial não é uma exceção e exige uma **educação continuada** ao longo da vida

(*lifelong learning*), colaborativa e flexível, que contribua para o desenvolvimento de **habilidades transversais**, melhoria das **qualificações** (*upskilling*), e **reciclagem profissional** (*reskilling*) justo no momento em que se necessita. Os indivíduos, as empresas e os governos estão cada vez mais interessados neste tipo de aprendizagem que é totalmente diferente dos projetos pedagógicos oficiais tradicionais. Para atender esta nova demanda está surgindo uma grande quantidade e variedade de fornecedores de credenciais alternativas como *bootcamps*, certificações profissionais/industriais, certificados acadêmicos não oficiais e medalhas (*badges*) digitais.

As credenciais alternativas

Segundo Kato, Galán Muros e Weko (2020), «as credenciais alternativas não são reconhecidas como diplomas formais independentes pelas autoridades de educação nacionais pertinentes». Elas se tornaram relevantes por sua capacidade para responder à **necessidade urgente** de reconhecimento de competências e habilidades específicas adquiridas através de **cursos de curta duração**, e são oferecidas por empresas de educação, empresas líderes em seus mercados, organizações empresariais e instituições de ensino.

Particularmente, podem ser identificados **cinco tipos de credenciais alternativas**: medalhas (*badges*) digitais, certificados acadêmicos não oficiais, certificados de aprendizagem não universitários, certificados profissionais/industriais e *bootcamps* (HolonIQ, 2021). A diferença entre cada um deles é a carga horária, reconhecimento e tipo de formação que oferecem. Enquanto as **medalhas** digitais atualizam rapidamente uma habilidade específica em dez a vinte horas de curso, **os certificados e os bootcamps** oferecem um curso de formação intensiva com uma carga horária de duzentas a mil horas. Estes últimos mostraram ser efetivos, ao aumentar em 59% os salários de seus participantes depois de concluírem o curso (Course Report, 2021). Entre os principais fornecedores deste tipo de credenciais estão as empresas de educação como Geral Assembly, Le Wagon, Trilogy e 42.

Por outro lado, os **certificados de aprendizagem** não universitários oferecem cursos de capacitação de cem a mil horas, apoiados por empresas como Coursera, EdX, Udacity ou Google. Por exemplo, Google anunciou em 2020 o lançamento de uma série programas de novas **certificações profissionais** em análise de dados, gestão de projetos e criação de experiências do usuário, oferecidos através da plataforma Coursera. Segundo a informação apresentada pela empresa, 80% dos usuários que fizeram este curso conseguiram um emprego ou obtiverem um aumento de salário, sem que tivessem que ter experiência profissional prévia ou um diploma de nível superior (Grow with Google, 2021).

O papel do ensino técnico profissionalizante e superior

É claro que hoje em dia existe uma **defasagem** entre a formação oferecida nas instituições de ensino tradicionais e o mercado de trabalho. Os programas das universidades tendem a ser muito longos, desatualizados e inflexíveis, e os dos estabelecimentos de ensino técnico profissionalizante são minoritários, pouco conhecidos, fragmentados e não têm prestígio. No entanto, isto não significa que essas organizações não tenham potencial para serem motores de mudança.

A situação atual na Ibero-América está dividida. Cada país, cada região e até mesmo, cada instituição tem uma **realidade diferente**. Por exemplo, existem universidades oito vezes mais alinhadas com o mercado de trabalho, nas quais o número de habilidades desenvolvidas por curso chega a 44, enquanto em algumas outras este número só chega a três (IE University, 2021). Outra prova do potencial são as 950 **universidades** que hoje oferecem **credenciais alternativas** através de diferentes plataformas on-line, 150 mais do que as que o faziam em 2017 (Class Central, 2020), ou os estabelecimentos de formação profissional que estabelecem parcerias com associações empresariais e empresários para oferecer programas de educação dual que concedem simultaneamente um reconhecimento acadêmico e outro profissional.

De um modo geral, a educação técnica e superior na Ibero-América deve evoluir para modelos de educação baseados em **metodologias ativas de aprendizagem** que permitam que os estudantes desenvolvam habilidades transversais. Metodologias como a sala de aula invertida, a aprendizagem baseada em projetos, desafios e problemas, assim como a aprendizagem para o desenvolvimento do pensamento e de competências, são ferramentas que podem influir positivamente no desenvolvimento de perfis profissionais flexíveis, capazes de se adaptar às mudanças. É especialmente importante que estes programas estimulem os estudantes a aprender a aprender e que os preparem adequadamente para uma vida adulta de educação continuada.

A cooperação universidade-empresa pode contribuir para **eliminar as brechas** entre o mercado de trabalho e a educação técnica ou superior. Esta cooperação inclui estratégias como a elaboração conjunta de um currículo que garanta sua relevância, assim como a atualização permanente dos projetos pedagógicos. Além disso, os representantes do setor empresarial podem se tornar professores convidados, visitantes ou orientadores nos estabelecimentos de ensino, inclusive ocupar um cargo permanente que permita levar para a sala de aula a experiência prática. Os estudantes, como parte de sua formação, devem realizar projetos com empresas, e estágios onde possam adquirir **experiência profissional** que os prepare melhor

para sua posterior entrada no mercado de trabalho. Da mesma forma, os estabelecimentos de ensino e as empresas podem criar juntos cursos de curta duração para que seus funcionários desenvolvam determinado conhecimento ou habilidade (Davey *et al*, 2018).

Sendo assim, o impacto das instituições de ensino superior e dos estabelecimentos de ensino técnico profissionalizante no desenvolvimento do **capital humano** para o futuro do mercado de trabalho dependerá do papel proativo que elas assumirem em relação aos desafios que a nova realidade nos impõe. Por isso, pedimos que IMAGINEM...

... uma educação na Ibero-América **interconectada** na qual os estudantes possam ter flexibilidade para circular entre os níveis de educação, assim como entre a educação e o mercado de trabalho;

... uma educação voltada para o desenvolvimento de **habilidades transversais** que ajudarão os egressos ao longo de toda sua vida profissional, e que utiliza metodologias de aprendizagem ativa;

... que a **colaboração entre empresas e instituições de ensino** faça parte da dinâmica de ambas as instituições, levando à atualização constante dos projetos pedagógicos, diminuindo a defasagem entre o conhecimento adquirido na sala de aula e o demandado pelo mercado de trabalho;

... que as instituições de ensino ampliam sua oferta até se tornarem os principais **prestadores de serviços de educação continuada**, e que isso facilitou a mobilidade social, o emprego e o desenvolvimento de capital humano a nível nacional;

... que através da educação conseguimos **reduzir o impacto da COVID-19**, e fomentar a recuperação social e econômica;

... que governo, sociedade, empresa e instituições de ensino trabalham de forma coordenada com o **mesmo objetivo**: desenvolver o capital humano para a quarta revolução industrial.

Depende de todos nós tornar esta visão uma realidade.

REFERÊNCIAS

- Boston Consulting Group. (2020). *Talent Development, Upskilling, and Reskilling*. <https://www.bcg.com/capabilities/peoplestrategy/talentdevelopment>
- Burning Glass. (2019). *não Longer Optional: Employer Demand for Digital Skills*. https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/807830/No_Longer_Optional_Employer_Demand_for_Digital_Skills.pdf
- Class Central. (2020). *The second year of the MOC: A review of MOC stats and trends in 2020*. <https://www.classcentral.com/report/the-second-year-of-the-moc/>
- CEPAL & OIT (2020) *Coyuntura Laboral LAC, 2020*. https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45557/1/S2000307_es.pdf
- Course Report. (2021). *Coding bootcamps in 2021*. <https://www.coursereport.com/codingbotcampultimateguide#salaries>
- Davey, T, Merman, A., GalánMuros, V., Orazba yeva, B. & Baaken, T. (2018). *The State of UniversityBusiness Cooperation in Europe*. Belgium: European Commission, DG Education & Culture. <https://ubcooperation.eu/index/reports>
- Deming, D. J. & Noray, K. (2020). Earnings Dynamics, Changing Job Skills, and STEM Careers. *The Quarterly Journal of Economics*, 135(4), 1965–2005.
- Eurostat. (2021). *Indicador: Porcentaje de jovens en situação de desemprego en Espanha*. https://ec.europa.eu/eurostat/cache/metadata/en/une_esms.htm
- Grow with Gogle. (2021). *Certificados de soporte en TI de Gogle*. https://grow.google/intl/es419_us/programs/itsupport/#?modal_active=none
- HollonIQ. (2021). *MOCs. Then. Now. Next*. <https://www.holloniq.com/notes/mocsthennownext/>
- IE University. (2021). *How universities can mind the skills gap. Higher Education and the Future of Work*. Centre for the Governance of Change. Report April 2021
- Kato, S., GalánMuros, V. & Weko, T. (2020). The emergence of alternative credentials. *OECD Education Working Papers*, 216. OECD Publishing: Paris. <https://doi.org/10.1787/b741f39e>
- LinkedIn (2021). *Adquiere as aptitudes para los empleos com mais demanda. Encuentra uma oportunidade*. <https://opportunity.linkedin.com/es/skillsforindemandjobs>
- Manpower Group. (2018). *Estudio sobre escasez de talento 2018*. <http://www.manpowergroup.es/EstudioManpowerGroupsobrescasezdeTalento2018SolucionarlaEscasezdeTalentoCrearAtraerCompartirTransformar>
- Manpower Group.(2020a). *What Workers Want 2019: Talent Shortage Study*. <https://go.manpowergroup.com/talentshortage>
- Manpower Group. (2020b). *Resolviendo a escasez de talento. Lo que los trabajadores quieren*.

Resultados de México. <https://cutt.ly/TvJBTTd>

McKinsey & Company. (2021). *Author Talks: Deanna Mulligan on smart skill building.* https://www.mckinsey.com/featuredinsights/mckinseyonboks/authorstalksdeanna_mulliganonsmartskillbuilding

Microsoft Data Science. (2020). *Spain is estimated to have a capacity of 2M new, technology jobs.* <https://blogs.microsoft.com/>

OECD. (2019a) *The future of Work – OECD Employment Outlook 2019.* https://www.oecd.org/employment/employmentOutlook2019_HighlightEN.pdf

OECD. (2019b). *Skills Matter: Additional Results from the Survey of Adult Skills.* OECD Skills Studies. OECD Publishing: Paris. <https://doi.org/10.1787/1f029d8fen>

OEI. (2021). *Panorama da Educação Superior em Iberoamérica a través dos indicadores da Red Índices.* <https://observatoriocts.oei.org.ar/wpcontent/uploads/2021/04/Papeles20WebFINAL.pdf>

Pricewaterhouse Copers. (2018). *Will robots really steal our jobs?* https://www.pwc.com/hu/hu/kiadvanyok/assets/pdf/impact_of_automation_on_jobs.pdf

Red Índices. (2021). *Porcentajes de graduados por campos de educação e capacitação 2010 2018.* http://app.redindices.org/ui/v3/comparativa.html?indicator=PCTEGRADXCE_C&family=ESUP&start_year=2010&end_year=2018

UNCTAD *United Nations Conference on Trade and Development.* (2019). *Informe sobre a Economía Digital.* <https://www.unilibrary.org/content/boks/9789210042284/read>

WEF World Economic Forum. (2020a). *Future of Jobs.* http://www3.weforum.org/docs/WEF_Future_of_Jobs_2020.pdf

WEF World Economic Forum. (2020b). *Closing the Skills Gap Accelerators.* <https://www.weforum.org/projects/closingtheskillsgapaccelerators>

Entrevista com María Isabel León

Ex-presidente da Confederação Nacional de Instituições Empresariais Privadas (CONFIEP)

No início de 2021, a Confederação Nacional de Instituições Empresariais Privadas do Peru (CONFIEP), formalizou sua parceria como colaboradora do Instituto Ibero-Americano para a Educação e a Produtividade da OEI. Como resultado desta incorporação, María Isabel León de Céspedes, que foi presidente da CONFIEP até o último mês de março⁷, concedeu uma entrevista à revista *Pódium* para analisar os principais desafios que enfrentará a região após a COVID-19, e a importância da educação no processo de recuperação.

1. A pandemia da COVID-19 ocorreu num momento de profunda fragilidade da maioria dos governos da região, que não conseguiram lidar adequadamente com as demandas sociais das classes médias emergentes durante os últimos anos. Em sua opinião, qual será o impacto da crise sanitária na região ibero-americana, suas sociedades, governos e economias?

A pandemia da COVID-19 fez com que, por primeira vez na história, os países de todo o mundo **gerassem uma recessão econômica para lutar contra uma crise sanitária**. A América Latina foi a região mais afetada, tanto do ponto de vista social como econômico. A sólida posição macroeconômica de muitos de nossos países foi insuficiente para conter a pandemia, devido às carências existentes nos sistemas de saúde, conectividade, além dos altos níveis de informalidade e insuficiente fortaleza institucional. Em muitos casos, estas deficiências não só limitaram a capacidade de resposta dos países contra o vírus, mas também a efetividade das medidas de contenção implementadas.

Além disso, nossa atual conjuntura causou certo **desgaste institucional** no âmbito político, o que resultou em iniciativas legislativas que, no intuito de resolver no curto as necessidades legítimas da população, colocaram em risco a **sustentabilidade econômica** de nossos países e o futuro das próximas gerações. Hoje mais do que nunca, o **trabalho colaborativo** com os governos é fundamental para contar com as políticas e a confiança necessárias para estimular os investimentos que nossos países necessitam para gerar emprego e recuperar a economia.

2. A tecnologia se tornou um componente da atividade educacional, tanto para enfrentar a emergência como para oferecer uma nova forma de funcionamento do ensino.

⁷ Em março de 2021 Óscar Caipo Ricci foi eleito novo presidente da CONFIEP. Esta entrevista foi feita no final do mês de fevereiro de 2021.

Em que medida a digitalização na América Latina pode contribuir para reduzir o impacto disruptivo da pandemia?

Um dos principais desafios atualmente é concretizar a **transformação digital do Estado e das atividades produtivas**. Ambas são agendas que devem avançar paralelamente. Na América Latina, a COVID-19 revelou a falta de infraestrutura e ferramentas digitais que permitam uma continuidade ininterrupta das atividades produtivas e sociais.

Nesse sentido, a transição para uma **indústria 4.0**, a quarta revolução industrial, é fundamental para a transformação das empresas nesta nova normalidade. O uso das novas tecnologias e a digitalização ajudarão as empresas, especialmente as MPEs⁸, da região a fortalecerem sua escala produtiva, agilizando seus processos de comercialização e venda, facilitando sua integração à cadeia produtiva, permitindo sua entrada em novos mercados e tornando-as mais resilientes em condições de funcionamento adversas.

Um dos setores mais afetados por seu baixo componente tecnológico dentro da pandemia foi o **setor da educação**. Diante da rápida expansão do vírus, os governos suspenderam as aulas presenciais do nível básico e superior, estabelecendo o ensino virtual como única ferramenta durante o distanciamento social obrigatório. No Peru, a população estudantil afetada foi de 30% da população nacional. As carências em termos de infraestrutura tecnológica em vários países e estabelecimentos de ensino, especialmente os públicos, tiveram um impacto negativo na formação dos estudantes, o que, se não mudar imediatamente, poderá ter como consequência um subdesenvolvimento de capacidades.

Para que os países da região possam realizar uma transformação digital eficaz é necessário ter uma **infraestrutura de conexão de qualidade**. As mudanças digitais necessárias exigem uma plataforma potente por onde passar a transformação digital. Sem ela, nossos países terão poucas possibilidades para implementar mudanças significativas em termos de digitalização e conectividade.

Foto: Unsplash

É necessário ter uma infraestrutura de conexão de qualidade para que os países da região possam realizar uma transformação digital eficaz.

3. O setor privado tem um papel preponderante na geração de recursos. Que papel este setor deveria desempenhar na recuperação do Peru, e qual poderia ser seu

⁸ Micro e pequenas empresas

compromisso com o setor da educação?

Em primeiro lugar, o setor privado deve continuar garantindo a reabertura das atividades produtivas cumprindo com as diretrizes sanitárias necessários para assegurar a realização das operações de acordo com as condições de trabalho adequadas e **recuperar a economia sem comprometer a situação sanitária**.

Em segundo lugar, é necessário continuar **construindo pontes** constantemente com o setor público para conseguir uma articulação público-privada que permita elaborar medidas pertinentes e eficientes para o controle da pandemia, a recuperação econômica e a recuperação do emprego nos diversos setores econômicos. Nesse sentido, no ano passado a CONFIEP apresentou ao governo peruano a «Agenda de Recuperação 2020», um documento com 92 propostas de políticas para 13 setores econômicos, visando contribuir para a recuperação das atividades.

Em terceiro lugar, é preciso continuar apoiando a **agenda solidária** que o setor privado promoveu no início da pandemia. A CONFIEP convocou mais de 160 empresas que canalizaram recursos para um fundo de emergência para a doação de cilindros de oxigênio, ventiladores mecânicos, cestas de alimentos e auxílio emergencial para as famílias em situações de vulnerabilidade.

Paralelamente à agenda solidária e de recuperação econômica, o setor privado está comprometido com a **melhoria contínua da educação** peruana. Um dos principais objetivos da agenda institucional da CONFIEP é **articular e difundir iniciativas em matéria de educação** que melhorem a produtividade de nossos jovens, trabalhando em colaboração com o setor público em prol do futuro da educação no país. Nessa mesma linha, nossa instituição possui um Comitê de Educação formado por célebres especialistas do setor e cujos principais objetivos são:

- Identificar modelos eficazes de gestão em educação que contribuam para melhorar a qualidade da formação de nossos jovens.
- Trabalhar na articulação público-privada a favor de iniciativas que melhorem as condições da educação pública no país.
- Promover, escalar e divulgar as iniciativas privadas a favor dos diversos níveis de educação.

Devemos continuar apoiando a agenda solidária que o setor privado promoveu no início da pandemia.

4. Um relatório publicado recentemente pela OEI analisa como, no âmbito regional e em termos de educação superior, existe uma falta de articulação entre a oferta de educação superior e a demanda de trabalho. Em sua opinião, qual é a situação específica do Peru neste sentido? Quais são as principais modificações que deveriam ser feitas?

Efetivamente, no Peru existe uma grande desconexão entre a oferta de formação e a demanda de capacidades do setor privado, situação que gera um desequilíbrio no mercado de trabalho, pela **ineficiente alocação de capital humano**. Esta desvinculação profissional é maior no caso do ensino superior não universitário (profissionais técnicos qualificados), onde existe uma grande carência.

O país necessita institucionalizar a criação de **conselhos setoriais de competências** que permitam que os setores produtivos liderem a identificação das capacidades que definirão a oferta de cursos baseados na inovação e na competitividade. Também é necessário difundir as certificações que garantem as capacidades e competências dos programas de formação capazes de aumentar a produtividade de nossos futuros profissionais, e, conseqüentemente, a produtividade da economia. Sendo assim, o talento nacional será direcionado para os setores demandados pelas atividades produtivas.

O setor privado mantém seu compromisso de continuar influenciando nas políticas a favor da educação, promovendo a institucionalização de modelos de colaboração para elaborar propostas com impacto na produtividade, em todos os espaços de representação em que participa.

5. Por último, no início de 2021 a CONFIEP oficializou sua parceria com o Instituto Ibero-Americano para a Educação e a Produtividade com o objetivo de promover a produtividade e a competitividade regional e nacional em áreas como inovação, tecnologia, ensino superior e emprego. Quais são suas expectativas em relação a esta parceria?

Propusemos ao Instituto uma **agenda de trabalho colaborativa** baseada em cinco eixos principais: i) revisão dos modelos eficazes de gestão da educação nos países da Ibero-América a fim de identificar as melhores práticas aplicáveis ao Peru; ii) elaboração de uma pesquisa que tenha como objetivo quantificar o impacto do investimento privado na educação peruana, permitindo visualizar o esforço da iniciativa privada no setor; iii) análise de soluções para os problemas de articulação entre a oferta de educação superior e a demanda de trabalho no país; iv) identificação de recomendações de políticas para a implementação e gestão do modelo da hélice tríplice com base em experiências internacionais, e v) organização conjunta de seminários para difundir no Peru as recomendações e melhores práticas em matéria de

educação.

Nossa expectativa é materializar estes cinco objetivos em **entregáveis para nossas autoridades** do setor da educação, e divulgar esses materiais através de ferramentas de incidência política para a opinião pública, mostrar a importância que tem para o setor privado melhorar a educação no país.

A parceria da CONFIEP com o instituto ajudará a mostrar a importância que tem para o setor privado melhorar a educação no país.

A OEI apresenta o relatório **Ensino superior, competitividade e produtividade na Ibero-América**

América Latina mostra «atraso competitivo» em relação aos países da OCDE

Foto: OEI

No dia 17 de maio, a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) apresentou o relatório ***Ensino superior, competitividade e produtividade na Ibero-América***, uma publicação de seu Instituto Ibero-Americano para a Educação e a Produtividade que analisa a atualidade da educação universitária na região e sua capacidade para promover a inovação e a competitividade no âmbito empresarial ibero-americano.

O relatório foi apresentado na Casa da América em Madrid, e contou com a participação de Mariano Jabonero, secretário geral da OEI; Ángel Gurría, secretário geral da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); Arancha González Laya, ministra de Assuntos Exteriores, União Europeia e Cooperação da Espanha, e Enrique Iglesias, primeiro secretário geral ibero-americano. Também fizeram uso da palavra os autores do estudo, os acadêmicos Germán Ríos e Victoria Galán Muros.

Uma das principais conclusões do estudo foi que na América Latina a **produtividade diminuiu nos últimos 50 anos** e que é baixa em todos os setores, o que gerou um «atraso competitivo» em comparação com os países da OCDE. O relatório também afirma que parte do problema provém na fragilidade institucional do contexto produtivo no qual operam as empresas da região, e que se transformam em problemas nas políticas de concorrência, no acesso a fatores de produção e colaboração interempresarial, educação, mercados de trabalho e acesso ao financiamento.

Outro dos problemas identificados é a **alta taxa de informalidade no mercado de trabalho**, que em toda a região afeta a quase 50% dos trabalhadores. Além disso, o estudo destaca que, com a chegada da pandemia, o desemprego juvenil se tornou um problema social sério na região, já que muitos jovens abandonam o ensino médio para tentar, sem sucesso, entrar no mercado de trabalho. Em relação ao gênero, o estudo indica que, embora as mulheres venham conquistando espaço no mercado de trabalho ibero-americano, as taxas de desemprego entre

as mulheres ainda são mais altas que entre os homens, explica o relatório.



Escaneie o código qr para acessar o relatório.